

SUMÁRIO

PREFÁCIO	VII
INTRODUÇÃO	1

PARTE I

A FAMÍLIA, SUA CAPACIDADE CONTRIBUTIVA E O DEVER ESTATAL DE PROTEÇÃO ESPECIAL EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I – A FAMÍLIA COMO INSTITUTO JURÍDICO COM AMPARO CONSTITUCIONAL	7
1.1 Noção de família	7
1.1.1 As origens da família	9
1.1.2 A família na pós-modernidade	15
1.2 O conceito jurídico de família	19
1.2.1 A família no ordenamento jurídico brasileiro: da família matrimonial ao reconhecimento de novos arranjos familiares.....	19

XV

TRIBUTAÇÃO DA FAMÍLIA NO IMPOSTO DE RENDA

1.2.2	Da afetividade – como princípio e fundamento – ao eudemonismo	28
1.2.3	O reconhecimento do direito ao benefício previdenciário ao companheiro do mesmo sexo pela Justiça Federal e o reconhecimento da união homoafetiva pelo Supremo Tribunal Federal	32
1.3	A família brasileira	37
CAPÍTULO II – A CAPACIDADE CONTRIBUTIVA DA FAMÍLIA		43
2.1	O princípio da capacidade contributiva	43
2.2	A preservação do mínimo existencial da família	51
2.2.1	O conceito de mínimo existencial.....	51
2.2.2	O mínimo existencial, a Constituição Federal e os direitos humanos	59
2.2.3	A vedação do confisco com vista a respeitar a capacidade contributiva dos membros da família	65
2.2.4	A proteção estatal ao mínimo existencial familiar	69
2.3	O atendimento dos demais direitos fundamentais dos membros da família como índice de capacidade contributiva	72
2.4	A exigência de isonomia tributária entre famílias com igual capacidade contributiva	80
CAPÍTULO III – A EXTRAFISCALIDADE E O DEVER ESTATAL DE PROTEÇÃO ESPECIAL DA FAMÍLIA COMO FUNDAMENTO PARA O SEU TRATAMENTO PRIVILEGIADO		91

AMALIA DA SILVEIRA GEWEHR PAULSEN

3.1	A extrafiscalidade como justificação de tratamento diferenciado inibidor, indutor ou protetor	91
3.1.1	O conceito jurídico de extrafiscalidade	91
3.1.2	O surgimento da extrafiscalidade	97
3.1.3	A extrafiscalidade na Constituição Federal	99
3.2	O dever estatal de proteção especial da família	100
3.2.1	O dever estatal de proteção da entidade familiar nas Constituições brasileiras anteriores	100
3.2.2	O dever estatal de proteção especial da entidade familiar e a ordem social na Constituição Federal.....	102
3.2.3	O conteúdo normativo do dever estatal de proteção especial da família	105
3.2.4	O dever estatal de proteção especial da família e o Direito Tributário	108
3.3	Os instrumentos tributários de proteção da família: isenções e deduções.....	111

PARTE II

OS SISTEMAS DE TRIBUTAÇÃO FAMILIAR NO DIREITO COMPARADO E NO BRASIL

CAPÍTULO IV – OS SISTEMAS DE TRIBUTAÇÃO DA FAMÍLIA	125
4.1 A classificação dos sistemas de tributação da família.....	125
4.1.1 Sistema de tributação da renda em separado, na modalidade absoluta.....	128

TRIBUTAÇÃO DA FAMÍLIA NO IMPOSTO DE RENDA

4.1.2	Sistema de tributação da renda em separado, na modalidade relativa	128
4.1.3	Sistema de tributação da renda acumulada, na modalidade acumulação simples	129
4.1.4	Sistema de tributação da renda acumulada, na modalidade acumulação com deduções específicas	130
4.1.5	Sistema de tributação da renda acumulada, na modalidade “splitting” conjugal.....	130
4.1.6	Sistema de tributação da renda acumulada, na modalidade “splitting familiar”	137

CAPÍTULO V – A TRIBUTAÇÃO DA RENDA FAMILIAR NO DIREITO COMPARADO

139

5.1	A tributação da renda familiar em países europeus	139
5.2	Na Alemanha	144
5.3	Em Portugal.....	155
5.4	No Reino Unido	163
5.5	Na França	170

CAPÍTULO VI – A TRIBUTAÇÃO DA RENDA FAMILIAR NO BRASIL

185

6.1	Aspectos gerais do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.....	185
6.1.1	A origem do imposto de renda no Brasil..	185
6.1.2	Lei de Proteção à Família (Dec.-lei 3.200, de 19 de abril de 1941).....	187
6.1.3	Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza à luz da legislação vigente	189

AMALIA DA SILVEIRA GEWEHR PAULSEN

6.1.3.1 <i>Arcabouço normativo e critérios do imposto sobre a renda (art. 153, § 2º, inciso III, da CF)</i>	189
6.1.3.2 <i>O conceito jurídico de renda e os aspectos material, espacial, temporal, quantitativo e subjetivo do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física</i>	191
6.2 O Imposto de Renda da Pessoa Física e a família: regimes de acumulação e de separação dos rendimentos.....	201
6.2.1 Menores, incapazes, cônjuges e companheiros	201
6.2.2 A progressividade nos regimes de acumulação e de separação.....	203
6.2.3 A faixa de isenção e as deduções no Imposto sobre a Renda no âmbito da família brasileira	205
6.2.3.1 <i>As pensões alimentícias, o efeito real de splitting e a ADI n. 5.422</i>	207
6.2.3.2 <i>As despesas com a instrução dos contribuintes e de seus dependentes</i>	212
SÍNTESE CONCLUSIVA.....	219
CONCLUSÕES	235
REFERÊNCIAS	241
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES.....	253